

Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - cidades médias fronteiriças no Sertão do São Francisco, Brasil

Juazeiro (BA) and Petrolina (PE) - border medium-cities in the Sertão do São Francisco, Brazil

Juazeiro (BA) y Petrolina (PE) - ciudades medias fronterizas en el Sertão do São Francisco, Brasil

Antonio Muniz Filho
munizfh@hotmail.com

Universidade do Estado da Bahia, UNEB; Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Maceió, AL

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir algumas concepções de Cidades Médias, principalmente as elaboradas por pesquisadores vinculados a ReCiMe (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias). Empiricamente, buscaremos categorizar como cidades médias Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), considerando seus papéis como nós da rede urbana nordestina e, ao mesmo tempo apreender como as ações do Estado e do capital vêm promovendo transformações no espaço urbano-regional do Sertão do São Francisco.

Palavras-chave: Rede Urbana. Espaço Regional. Expansão Urbana.

Abstract: This paper aims to discuss some conceptions of medium-cities, especially those developed by researchers linked to ReCiMe (Network of Researchers on Medium-Cities). Empirically, we will try to categorize as medium-sized cities Juazeiro (BA) and Petrolina (PE), considering their roles as nodes of the Northeast urban network and at the same time to understand how actions both of State and the capital have been promoting transformations in the urban-regional space of the Sertão do São Francisco.

Keywords: Urban Network. Regional Space. Urban Expansion.

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo discutir algunas concepciones de Ciudades Medias, principalmente las elaboradas por investigadores vinculados a ReCiMe (Red de Investigadores sobre Ciudades Medias). En el caso de Brasil, en el marco de la reforma agraria y de la reforma agraria, se debe, en el marco de la reforma agraria, del Sertão do São Francisco.

Palabras clave: Red Urbana. Espacio Regional. Expansión Urbana.

INTRODUÇÃO

Os primeiros estudos referentes às cidades médias, ocorreram em fins da década de 1960. Porém, no Brasil, foi na década de 1970 quando o governo brasileiro adotou uma

ampla política de planejamento urbano-regional, o PND¹, que as pesquisas sobre tal temática começaram a ser difundidas.

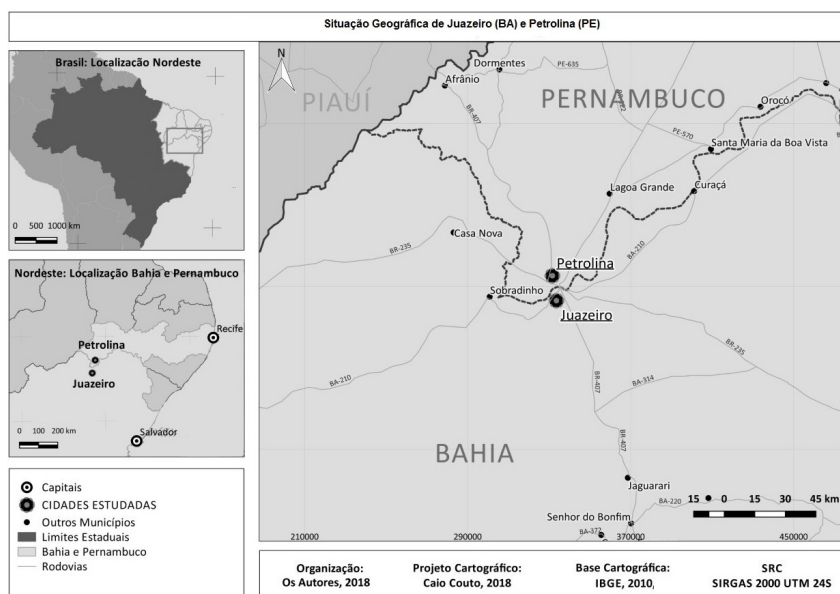
No Brasil, o interesse em estudar as cidades médias iniciou-se na década de 1970, em decorrência das políticas de ordenamento territorial que tinham como objetivo conter a intensa migração em direção às metrópoles, bem como incentivar a criação de novos polos de desenvolvimento em regiões periféricas (SOARES; MELO, 2010, p. 232).

De acordo com Castello Branco (2006), na definição de cidades médias, indicadores como tamanho populacional, tamanho econômico, grau de urbanização, centralidade e qualidade de vida têm sido consenso entre a maioria dos pesquisadores. Corrêa (2007) acrescenta ainda que as funções urbanas também se configuram como elementos fundamentais para o entendimento da temática.

As cidades fronteiriças de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), como várias outras cidades brasileiras formadas num mesmo ponto estratégico de uma vasta região, separadas fisicamente por um acidente geográfico (rio) e politicamente por uma fronteira estadual, ainda que impulsionadas por dinâmicas próprias que as distinguem entre si, possuem, como todas as cidades, certas semelhanças.

Juazeiro e Petrolina estão localizadas na Zona Semiárida da região Nordeste do Brasil (Fig. 1), encravadas no vale do Submédio São Francisco² ou Sertão do São Francisco, configurando-se na atualidade as principais cidades da região. A exploração econômica do território no qual ambas se encontram assentadas teve início a partir de povoados na 'Passagem do Juazeiro'.

Figura 1. Juazeiro e Petrolina: situação geográfica.



Fonte: adapt. de IBGE (2010)

- 1 PND - Plano Nacional de Desenvolvimento. Denominação dada aos dois planos econômicos, instituídos pelo Governo federal nos períodos 1972-1974 (PND I) e 1975-1979 (PND II), que tinham. Entre outros objetivos: integração nacional e, integração do Brasil ao mercado mundial.
- 2 De acordo com CBHSF (2017): "A grande dimensão territorial da bacia do rio São Francisco, estimada em 639.217 km², motivou a sua divisão por regiões, para fins de planejamento e para facilitar a localização das suas muitas e diversas populações e ambiências naturais. A divisão se fez de acordo com o sentido do curso do rio e com a variação de altitudes".

No território baiano, a ‘Passagem do Juazeiro’ estava incluída nos domínios da Casa da Torre de Garcia D’Ávila e seus herdeiros³, que ainda no século XVII construiu currais na localidade para exploração agropecuária do Sertão, os quais deram origem a um pequeno povoamento. Posteriormente, a chegada dos Franciscanos (1706) para catequese indígena também contribuiu para ampliar a ocupação do território. Juazeiro foi elevada à categoria de vila em 1833 e à condição de cidade em 1878. Atualmente, o município baiano é composto da sede (Juazeiro) e de mais sete distritos: Abóbora, Carnaíba do Sertão, Itamotinga, Junco, Juremal, Massaroca e Pinhões (IBGE, 2017).

Os frades capuchinhos franceses são tidos também como desbravadores do território onde se encontra o município de Petrolina. Eles instalaram na região missões religiosas com o objetivo de catequisar os índios, ocupantes originais do território. As missões religiosas e a implantação de currais na posição estratégica da ‘Passagem do Juazeiro’ enquanto ponto de convergência e passagem obrigatória de boiadeiros e negociantes dos sertões de Pernambuco, Piauí e Ceará, que cruzavam o rio São Francisco em direção ao estado da Bahia e vice-versa (BDE, 2017), cooperaram para a ocupação efetiva do território da margem oposta, onde se formou a cidade pernambucana de Petrolina. O povoamento do qual se originou Petrolina foi elevado à categoria de vila em 1862 e à condição de cidade em 1895. Na atualidade, o município de Petrolina é constituído pela sede e mais três distritos: Cristália, Curral Queimado e Rajada (IBGE, 2017).

Desde que o planejamento territorial entrou na agenda das políticas públicas brasileiras, principalmente a partir da década de 1970 com a formulação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II), os governos estaduais e federal vêm empreendendo ações de regionalização e de ordenamento territorial para a região do Sertão do São Francisco, aproveitando-se principalmente das amenidades naturais (clima semiárido e recursos hídricos) com vistas, principalmente, a alavancar a economia da região. Todavia, essas ações, como verificado nesta pesquisa, não têm resultado em melhoria da qualidade de vida da população residente, senão de modo parcial e estratificado.

ABORDAGENS SOBRE A NOÇÃO DE CIDADES MÉDIAS

No Brasil, uma República Federativa subdividida em 5.570 municípios distribuídos em 26 estados federados, cada município com uma sede urbana, desenvolve-se um amplo debate político-teórico-metodológico sobre os fenômenos da urbanização da população e da economia, da configuração de redes de cidades e de suas hierarquias funcionais que tem resultado numa diversidade de interpretações. A noção de ‘cidade média’ enquanto categoria operacional no campo das políticas públicas ganha importância neste contexto como um objeto de investigação. Os estudos acerca desta noção (cidades médias) se revelam ainda mais complexos quando consideramos alguns elementos: a maioria (68,7%) das

3 Para melhor entendimento do poderio da família D’Ávila (Casa da Torre), ver entre outros: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Feudo: a Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

sedes municipais brasileiras possuía em 2018 até 20 mil habitantes e 57% da população total se concentrava em apenas 317 cidades (5,7% dos municípios) com mais de 100 mil habitantes⁴. Em algumas regiões do país (sobretudo Norte e Nordeste) a rede urbana é pouco densa e fragmentada prevalecendo ainda em alguns estados uma distribuição do tipo primaz, ou seja, com apenas uma cidade-polo. Durante longas décadas do século XX houve uma supervalorização das metrópoles e de sua hinterlândia em detrimento de outros espaços não-metropolitanos, tanto nos projetos e programas de governo quanto nos estudos acadêmicos. Não obstante os esforços intelectuais de alguns pesquisadores que nas últimas décadas têm se dedicado a estudar as cidades médias, ainda não se chegou a um consenso. Conforme destaca Sposito (2014, p. 18) “Considero que é, apenas, uma noção em decorrência da compreensão de que um conceito precisa se vincular a outros e compor uma teoria para ganhar tal estatuto, o que a expressão ‘cidade média’ não alcança”.

Entre os pesquisadores que corroboram as abordagens de Sposito está Corrêa (2007), que apresenta elementos tidos como essenciais para a conceituação de cidades médias: a) tamanho demográfico absoluto, que deve levar em conta os distintos processos de urbanização nos países; b) a escala espacial de referência, ou seja, deve-se considerar a localização da cidade em seu contexto local/regional e; c) a dimensão temporal, na qual, do ponto de vista demográfico, deve-se qualificar a cidade a cada momento.

Amorim Filho (2015, p. 13), ao realizar abordagens sobre a origem dos estudos acerca das cidades médias, destaca que tais pesquisas e publicações “representam um prolongamento e um aprofundamento naturais dos estudos de geografia urbana, iniciados nos países europeus [...] no final do século XIX e no início do século XX”. De acordo com o referido autor, os estudos a respeito das cidades médias, têm início na França no final da década de 1960 “ao mesmo tempo em que os desequilíbrios e disfunções das redes urbanas se manifestam e essas cidades começam a ter interesse também para políticos, urbanistas e planejadores urbano-regionais” (AMORIM FILHO, 2015, p. 15). Porém, segundo o mesmo, é a partir da década de 1990 que crescem significativamente tais estudos, se ampliando inclusive por outros países hispano-americanos, com destaque para Venezuela, Peru, Argentina e Chile.

O crescimento da importância dessas cidades no cenário urbano leva a uma preocupação que envolve os pesquisadores dessa temática, que é a de definição/conceituação do que seja uma cidade média. Apesar disso, não existe um consenso para definição/conceituação de cidade média, variando, de acordo com o pesquisador, a região estudada, o país e o período histórico (OLIVEIRA; SOARES 2014, p. 122).

A concepção de cidade média abarca uma realidade que se apresenta extremamente heterogênea, tanto no que tange as questões teórico-metodológicas, quanto às especificidades desses espaços urbanos. De acordo com Castello Branco (2006), alguns aspectos consensuais nos estudos acerca de cidades médias são tamanho populacional (que deve ser relativizado conforme a localização da cidade), tamanho econômico (indicativo do

4 “Em 2018, pouco mais da metade da população brasileira (57,0% ou 118,9 milhões de habitantes) vive em apenas 5,7% dos municípios [...] com mais de 100 mil habitantes” (IBGE, 2018b).

dinamismo do centro e sua capacidade de atração locacional), grau de urbanização (definidor da capacidade de desempenho das funções urbanas), centralidade (capacidade de articulação inter-regional) e qualidade de vida (fator de atração locacional para indivíduos e empresas). Também para Castello Branco (2006, p. 245-246) alguns desafios se impõem para a concepção do que seja cidade média, que “em geral é definida ou por seu porte populacional, ou por características funcionais ou ainda por seu papel como elo de ligação entre os centros locais e os centros globais, na rede mundial de cidades”.

Corrêa (2007) assinala que três elementos são imprescindíveis para a caracterização das cidades médias: tamanho demográfico, funções urbanas e a organização do espaço intraurbano, considerados em conjunto. Ainda segundo Corrêa (2007), uma vez que a concepção de cidade média é pouco conhecida e muito diversificada, exige-se alguma abstração. O referido autor assinala que, “[...] É, portanto, no contexto de formação da moderna rede urbana que é possível estabelecer a noção ou o conceito de cidade média” (CORRÊA, 2007, p. 28). Corroborando tal concepção, Castello Branco (2007) aponta que as cidades médias se constituem como nós de rede urbana, servindo a sua área de influência em escala regional como pontos de prestação de serviços.

Alguns autores⁵ (SPOSITO et al., 2007; SPOSITO, 2007; 2014; PONTES, 2006; MAIA, 2010; ELIAS, 2007; ELIAS; PEQUENO, 2010; SOBARZO, 2010), assim como Corrêa (2007), destacam em seus estudos o papel das cidades médias no contexto da rede urbana. Este último, aponta algumas tipologias possíveis para identificação das cidades médias brasileiras, enfocando a possibilidade de combinações entre as mesmas:

- a) Lugar Central, caracterizado pela concentração de oferta de bens e serviços para uma hinterlândia regional; b) Centro de drenagem e consumo da renda fundiária, cidade localizada em área de pastoril tradicional ou em que foi implantado um complexo agro-industrial; c) Centro de atividades especializadas, caracterizada pela concentração de atividades que geram interações espaciais a longas distâncias (CORREA, 2007, p. 31).

Ainda Corrêa (2007, p. 29-30), indica ainda outros elementos de análise para definição de cidade média, quais sejam: “A elite empreendedora; a localização relativa e; as interações espaciais”.

Sposito (2007), também ressalta a ampliação de estudos acerca de cidades não-metropolitanas e, assim como Corrêa (2007), chama a atenção que a noção espacial de uma cidade considerada ‘média’ pode ser tanto relativa, quanto transitória, devendo, portanto, serem compreendidas a partir de processos e dinâmicas econômicas e espaciais, considerando “seus papéis nas relações, sobreposições e articulações com o espaço rural e com outras cidades em múltiplas escalas”. (SPOSITO, 2007, p. 233, grifos do autor).

Oliveira e Soares (2014, p. 119), tomando como referência “o estudo das cidades médias a partir das relações regionais e dinâmicas espaciais na rede urbana”, apresentam uma síntese para a tipologia de cidades médias (Quadro 1).

5 Principalmente os vinculados a ReCiMe, “Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, que se constituiu de modo mais completo durante os trabalhos financiados com recursos do Prosul/CNPq, que reuniu, durante o ano de 2006, alguns pesquisadores argentinos, brasileiros e chilenos, interessados no tema”. (SPOSITO et al., 2007, p. 53).

Quadro 1.- Tipologia para as Cidades Médias

TIPOS	DESCRIÇÃO
Centro de serviços	Cidade especializada em oferecer serviços públicos e privados para a população regional.
Centro administrativo	Cidade que abarca as diferentes instituições políticas e administrativas dos níveis estadual e federal.
Polo econômico	Cidade que desenvolve estratégias nos diferentes níveis (estadual, nacional e internacional) de produção industrial e comercialização em grande escala.
Centro turístico	Cidade que aproveita as potencialidades naturais, o patrimônio histórico e o cultural para promover atividades ligadas ao turismo.
Canal de comunicação	Cidade que utiliza sua localização relativa para servir de espaço de intercâmbio de pessoas, bens e informações.
Centro de fronteira	Cidade que aproveita sua posição geográfica e sua estratégia de desenvolvimento para dominar as relações em áreas de fronteira.
Centro regional	Cidade que concentra o comércio varejista e serviços especializados com alcance regional.
Centro de drenagem e consumo de renda fundiária	Cidade localizada em área pastoril que apresenta um complexo agroindustrial.
Centro especializado	Cidade que apresenta atividades especializadas que permitem estabelecer relações de longa distância, chegando ao nível internacional.

Fonte: Oliveira e Soares (2014, p. 130), a partir de Bolay et al. (2003), Corrêa (2007) e UIA (1998).

Porém, os autores supracitados salientam que:

Para classificar a partir de uma tipologia uma cidade é necessário entender não só o seu papel na rede urbana, mas também dos principais centros que estão em sua região, identificando quais das atividades existentes se sobressaem perante os outros centros urbanos, para que a mesma possa ser qualificada como cidade média (OLIVEIRA; SOARES, 2014, p. 131).

Observamos que Juazeiro e Petrolina se enquadram na maioria das tipologias descritas por Oliveira e Soares (2014):

- a) elas dispõem em seus territórios de um número significativo de instituições e empresas públicas e privadas (CODEVASF, UNEB, UNIVASF, Previdência Social etc.) que atendem não apenas a demanda intraurbana, mas, principalmente a escala interurbana (Centro de serviços e Centro administrativo);
- b) se configuram como um dos maiores polos de produção da fruticultura irrigada do Brasil (destaque para manga e uva) e, também de comercialização para o mercado nacional e internacional, além da produção e comercialização de vinhos (Polo econômico e Centro especializado) e;
- c) atendem as demandas intraurbana e interurbana de comércio e serviços especializados, tais como: *shopping centers*, lojas de implementos agrícolas, hipermercados, medicina especializada, serviços bancários e financeiro, entre outros (Centro regional).

Também Sposito et al. (2007) evidenciam que os principais processos que redefinem os papéis de cidades médias são a concentração e centralização econômicas, a melhoria

e a diversificação dos sistemas de transporte e telecomunicações, as formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços e o consumo de bens e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário. Acrescentamos também o comércio seletivo, representado principalmente pelos *shopping centers*.

Ao realizar estudos sobre “agricultura e produção de espaços urbanos não-metropolitanos” Elias (2007, p. 113), utiliza o termo “cidades do agronegócio”⁶, para correlacionar com as cidades médias que são “lôcus da gestão da agricultura científica e do agronegócio globalizado”. Em suas análises, Elias (2007) toma como parâmetro teórico-metodológico as concepções de Milton Santos, tais como: sistemas de objetos e sistemas de ações, meio técnico-científico-informacional, espaços luminosos, fluidez do espaço, rugosidade, horizontalidade e verticalidade, dentre outros. Segundo Elias (2007, p. 116):

É possível identificar no Brasil agrícola moderno vários municípios cuja urbanização se deve diretamente à consecução e à expansão do agronegócio, [...] nessas cidades, que se caracterizam por serem cidades locais ou que desempenham papéis de intermediação na rede urbana, se realiza a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio.

Ainda de acordo com Elias (2007) tal situação ocorre devido ao poder do agronegócio em impor especializações territoriais, exigindo das cidades que se encontram inseridas ou próximas as áreas produtoras, que se adaptem para atender as suas demandas (comércio, serviços, infraestrutura, etc.), o que reflete num maior processo de urbanização das mesmas.

JUAZEIRO E PETROLINA: NÓS DA REDE URBANA DO NORDESTE BRASILEIRO

Observamos, portanto, que os critérios mais utilizados para classificar as mesmas estão relacionados ao tamanho demográfico, a centralidade urbana e política, ao papel desempenhado por estas no desenvolvimento regional e sua funcionalidade. Segundo Castello Branco (2007, p. 90), “As cidades médias constituem nós de rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas”.

Tomando como análise o tamanho demográfico e a estruturação da rede urbana, Castello Branco (2007, p. 96) buscou identificar o conjunto de cidades médias brasileiras, tendo como variáveis: “o tamanho populacional e econômico, a qualidade de vida, a centralidade administrativa e a vida de relações” e, baseando-se na metodologia de Michel Rochefort (1965) para a classificação de centros urbanos, categorizou as cidades médias brasileiras em três grupos (não hierárquicos): “Centro submetropolitano, Capital regional

6 O termo já foi amplamente utilizado e discutido em outros trabalhos da referida autora como, entre outros: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. *Terra Livre*, v. 21, v. 2, n. 25, p; 13-33, 2005.

e Centro regional” (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 100), que desempenham ou podem desempenhar papel de intermediação entre diferentes centros da rede urbana. Dos 230 centros selecionados em sua pesquisa, 47% encontram-se na Região Sudeste. As Regiões Sul e Nordeste apresentam cada uma 20% do total, ficando 11% para a Região Norte e o restante para a Região Centro-Oeste, demonstrando a rarefação da rede urbana desta última, concluindo que “a distribuição regional do número de centros reflete as desigualdades de ocupação, qualidade de vida, dinâmica populacional e econômica e possibilidade de inter-relação com outros centros” (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 102). Nesta classificação, Juazeiro e Petrolina aparecem categorizadas como Capital Regional.

A região sob influência da cidade de Juazeiro no estado da Bahia é denominada de Território de Identidade Sertão do São Francisco⁷. A mesma é composta por dez municípios, abrangendo uma área de aproximadamente 61.750,2 km², com população total estimada em 530.215 habitantes (2018) e que apresentou nas últimas décadas (2000/2018) um decréscimo populacional de -1.11%, enquanto o crescimento do estado foi de apenas 2.08% (Tab. 1).

Tabela 1. População residente por situação de domicílio dos municípios do Território de Identidade Sertão do São Francisco – Bahia, 2000/2018.

Unidade Escalar (1)	2000			2010			2018 (2)	Taxa de Urbanização % (2010)	Taxa de Crescimento % (2000/2018) (3)
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total		
BAHIA	13 070 250	8 772 348	4 297 902	14 016 906	10 102 476	3 914 430	14 812 617	72.07	2.08
Sertão do São Francisco (BA)	456 487	260 232	196 255	494 431	315 797	178 634	530 215	63.87	-1.11
Campo Alegre de Lourdes	28 256	6 539	21 717	28 090	8 126	19 964	28 844	28.92	28.06
Canudos	16 940	7 012	9 928	15 732	8 698	7 034	16 752	55.28	18.56
Casa Nova	55 730	27 266	28 464	64 940	37 543	27 397	71 366	57.81	10.86
Curaçá	29 005	10 775	18 230	32 168	13 719	18 449	34 389	42.64	13.63
Juazeiro	174 567	133 278	41 289	197 965	160 775	37 190	215 183	81.21	22.00
Pilão Arcado	31 170	7 865	23 242	32 860	11 027	21 833	34 486	33.55	7.92
Remanso	36 257	21 015	15 242	38 957	23 470	15 487	41 200	60.24	-18.73
Sento Sé	33 363	17 264	16 099	37 425	21 676	15 749	40 703	57.91	23.27
Sobradinho	21 133	19 610	1 523	22 000	20 002	1 998	22 806	90.91	16.15
Uauá	30 129	9 608	20 521	24 294	10 761	13 533	24 486	44.29	13.33

Notas: (1) Referente à Unidade da Federação, Região e Municípios, respectivamente. (2) Estimativas conforme IBGE (2018). (3) O parâmetro utilizado foi a população total no período indicado.

Fontes: ONU (2013) e IBGE (2018).

Com taxa de urbanização de 81,21% (2010) e população total de 215.183 habitantes (2018), Juazeiro abriga 40,58% dos residentes da região e apresentou um crescimento populacional de 22% para o período entre 2000/2018. No Sertão do São Francisco baiano, os

⁷ De acordo com a SEI (2018, *on-line*), “O conceito de **Território de Identidade** surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação de seu planejamento. A adoção como unidade de gestão para o estado da Bahia foi ajustada conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário” (grifo nosso). Ver também: PERAFÁN, Mireya E. Valencia; OLIVEIRA, Humberto. Território e Identidade. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, P55 Edições, 2013 (Política e Gestão Culturais).

municípios de Casa Nova (10.86%), Pilão Arcado (7.92%) e Remanso (-18.73%) apresentaram as menores taxas de crescimento populacional para o período supramencionado, sendo que Campo Alegre de Lourdes (28.92%), Curaçá (42.64%), Pilão Arcado (33.55%) e Uauá (44.29%), também possuem as menores taxas de urbanização na região, abaixo de 50%. Sobradinho se destaca dos demais por apresentar taxa de urbanização superior a 90% (Tab. 1). Tal fato se justifica, porque ao se instalar a barragem do Sobradinho, ergueram-se diversos conjuntos habitacionais nas proximidades para abrigar inicialmente os operários responsáveis pela construção da Usina Hidroelétrica. Posteriormente, foram constituídas três vilas: São Joaquim, São Francisco e Santana, ocupadas principalmente pelos funcionários da CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco). Ao se desmembrar de Juazeiro em 1989, o povoamento foi elevado à categoria de município, tendo o mesmo sido constituído apenas do distrito-sede Sobradinho, que já abrigava a população urbana.

No território pernambucano, a cidade de Petrolina configura-se como polo da Região de Desenvolvimento Sertão do São Francisco⁸, que é composta por sete municípios numa área de 14.682,2 Km² e abriga, conforme as estimativas, uma população total de 497.924 habitantes. A maior parte dos municípios da região possui população abaixo de 35 mil habitantes e teve, em sua maioria, crescimento populacional acima da média estadual nas últimas décadas (2000/2018). As exceções foram Lagoa Grande (13.12%) e Santa Maria da Boa Vista (19.93%). Nesta variável, Orocó com 57.34% e Petrolina com 44.92% se destacaram por apresentarem crescimento 50% superior ao do estado de Pernambuco (29.58%) e maior que o da região (26.90%). Com exceções de Petrolina e Cabrobó, os municípios do Sertão do São Francisco pernambucano apresentam taxa de urbanização abaixo de 50% (Tab. 2).

Tabela 2. População residente por situação de domicílio dos municípios da Região de Desenvolvimento Sertão do São Francisco – Pernambuco, 2000/2018.

Unidade Escalar (1)	2000			2010			2018 (2)	Taxa de Urbanização % (2010)	Taxa de Crescimento % (2000/2018) (3)
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total		
PERNAMBUCO	7 918 344	6 058 249	1 860 095	8 796 448	7 052 210	1 744 238	9 496 294	80.17	29.58
Sertão do São Francisco (PE)	343 580	216 096	125 484	434 713	280 787	153 926	497 924	64.29	26.90
Afrânio	15 014	3 985	11 029	17 586	5 861	11 725	19 456	33.32	30.00
Cabrobó	26 741	15 769	10 972	30 873	19 798	11 075	33 934	64.12	32.46
Dormentes	14 411	3 835	10 576	16 917	6 004	10 913	18 734	35.49	36.97
Lagoa Grande	19 137	8 651	10 486	22 760	10 416	12 344	25 349	45.76	13.12
Orocó	10 825	3 573	7 252	13 180	4 617	8 563	14 827	35.03	57.34
Petrolina	218 538	166 279	52 259	293 962	219 215	74 747	343 865	74.57	44.92
Santa Maria da Boa Vista	36 914	14 004	22 910	39 435	14 876	24 559	41 759	37.72	19.93

Notas: (1) Referente à Unidade da Federação, Região e Municípios, respectivamente. (2) Estimativas conforme IBGE (2018). (3) O parâmetro utilizado foi a população total no período indicado.

Fonte: ONU (2013) e IBGE (2018a).

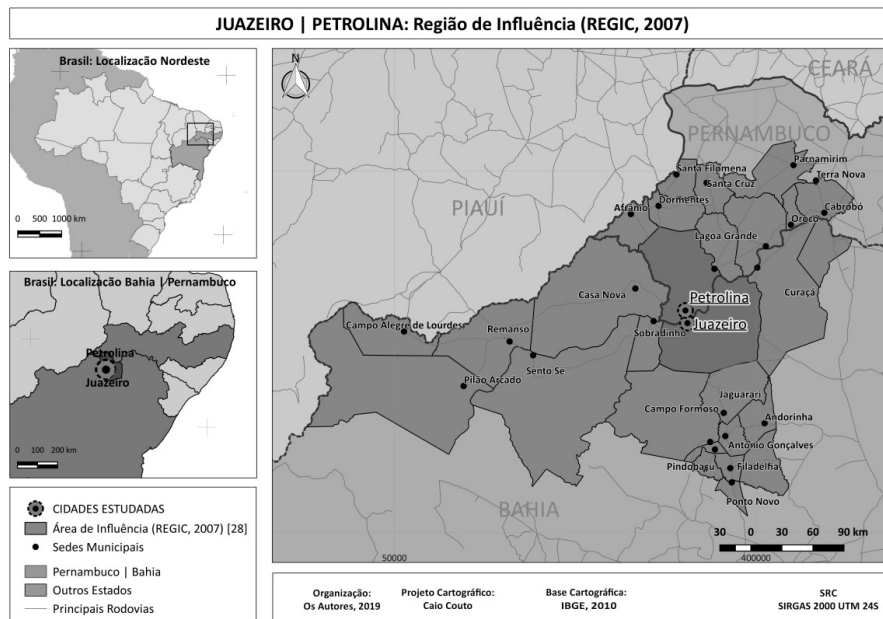
⁸ Conforme Divisão Geopolítica Estadual, o território pernambucano está dividido em 12 Regiões de Desenvolvimento (RD's).

Ao fazermos uma breve análise dos indicadores demográficos da região do Sertão do São Francisco, tomando como parâmetro as regionalizações feitas pelos estados da Bahia e Pernambuco (Tabs. 1 e 2), comparados com as Regiões de Influência das Cidades – Regic (IBGE, 2008)⁹, podemos constatar que o raio de polarização/abrangência do polo Juazeiro-Petrolina sob a perspectiva da Regic é muito maior em relação às demais cidades polos.

A regionalização proposta pela REGIC (IBGE, 2008), utilizou-se de um número mais abrangente e conciso de variáveis e uma metodologia que considerou os “dados secundários provenientes de bases específicas e dados primários coletados junto aos municípios, de modo que a compreensão das regiões de influência decorresse de ambos os sentidos” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 116). Ou seja, na perspectiva dos municípios que exercem influência e dos que são influenciados na região. Além disso, tal estudo teve como base teórico-metodológica o centro de gestão do território, que “[...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83 *apud* IBGE, 2008, p. 131).

De acordo com a REGIC 2007 (IBGE, 2008), Juazeiro e Petrolina estão diretamente influenciadas pelas Metrôpoles de Salvador e Recife, as capitais estaduais. Ambas são classificadas como Capital Regional C e influenciam diretamente um Centro Sub-Regional B (Senhor do Bomfim-BA), um Cento de Zona A (Ouricuri-PE) e um Centro de Zona B (Belém do São Francisco-PE), sendo que esses influenciam mais de 11 cidades (Fig. 2). Além desses Centros, Juazeiro e Petrolina exercem também influência direta em 16 Centros Locais, entre a Bahia (9) e Pernambuco (7), que na sua maioria são coincidentes com as cidades do Sertão do São Francisco (Tabs. 1 e 2).

Figura 2. Região de Influência das Cidades de Juazeiro e Petrolina – REGIC, 2007.



Fonte: adapt. de Regic 2007 (IBGE, 2008).

9 Para informações mais detalhadas a respeito dos procedimentos metodológicos e os bancos de dados utilizados pelo IBGE para realização dos estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), consultar: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=7>.

Considerando apenas os 16 Centros Locais de influência direta e, os próprios municípios de Juazeiro e Petrolina, a região do Sertão do São Francisco agregava em 2010 um contingente populacional de 929.144 pessoas (a estimativa 2018 é de 1.028.139 habitantes), dos quais 332.560 habitavam na zona rural (35.79%) e outros 596.584 encontravam-se na zona urbana (64.21%). Vale destacar que a concentração populacional urbana na referida região, é alavancada pelas suas cidades polo que, juntas abrigavam 63.69% da população urbana regional. Ainda, conforme dados do IBGE (2010), Juazeiro apresentava uma população total de 197.965 habitantes, com uma taxa de urbanização de 81,21% e Petrolina, no mesmo período, possuía um total de 293.962 habitantes e taxa de urbanização de 74,57%. As estimativas (IBGE, 2018b) apontam contingente populacional para Juazeiro (215.183 hab.) e Petrolina (343.865 hab.). Os demais municípios que compõem a região do Sertão do São Francisco, apresentam população abaixo de 50 mil habitantes, com maior concentração na zona rural (Tabs. 1 e 2).

Tendo como base os problemas criados pela utilização do tamanho demográfico para qualificação de uma cidade e a relação entre desenvolvimento urbano e tamanho demográfico surge a primeira constatação para a proposição metodológica para os estudos das cidades médias: o tamanho demográfico não deve ser fim para classificação das cidades, mais sim meio para a explicação desses espaços, dessa forma, não se deve classificar os espaços urbanos considerando somente o critério demográfico, mas utilizá-lo para explicar o estágio do desenvolvimento urbano de uma cidade (OLIVEIRA; SOARES, 2014, p. 128).

Nossas análises indicam, que não é apenas o quantitativo demográfico que caracteriza Juazeiro e Petrolina como cidades médias. Individualmente ou em conjunto¹⁰, elas desempenham importante papel de articulação na rede urbana nordestina e brasileira, que “Corresponde às cidades que apresentam uma concentração e centralização econômicas expressivas, provocadas pela confluência de transportes, podendo ser reconfiguradas pela incorporação de novas atividades do setor agropecuário que, por sua vez, redefinem a indústria, o comércio e os serviços” (MAIA, 2010, p. 23).

Oliveira e Soares (2014) destacam a importância dos estudos sobre cidades médias, a fim de identificar as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias, informações e valores, considerando serem tais elementos responsáveis por intensificar e marcar as relações entre as cidades e suas regiões de influência. Conforme asseverado por Pontes (2006), cidade média seria um centro urbano que atua como suporte para as atividades econômicas de sua área de influência e, que pode manter relações com o “mundo globalizado”, constituindo uma nova rede geográfica superposta à que mantém com sua hinterlândia.

Muito pertinentes esses enfoques, todavia, acreditamos ser necessário acrescentar que a amplitude da observação dessa dinâmica deve incluir as demais escalas inter-regionais, de modo a se visualizar de onde chegam e para onde seguem os fluxos que impulsionam

10 A ideia aqui de individual ou conjunto tem como pressuposto, o fato de que apesar do Brasil ser um Estado Federativo e, pela atual Constituição (1988) os municípios também se configuram como entes federativos, existem demandas que só podem ser resolvidas no âmbito de cada estado da federação, o que dinamiza/direciona o fluxo populacional em função de suas necessidades.

e dinamizam cada região estruturando-a de maneira polarizada em níveis escalares integrados. Deve-se procurar avaliar as potencialidades endógenas e exógenas desses fluxos que configuram a matriz de desenvolvimento regional e suas condições e perspectivas de sustentabilidade, de autonomia e de dependência. Seria algo semelhante a uma matriz de entrada-saída, de balanço de pagamentos, de importações-exportações. A recorrência sistemática desses arranjos espaciais (redes hierárquicas de cidades) com suas variações qualitativas leva-nos a pensar em determinações tempo-espaço sistêmicas da divisão regional do trabalho próprias do modo de produção capitalista, concentrador e centralizador do processo global de acumulação de capitais, que faz com que sejam imprescindíveis, no seu atual estágio de desenvolvimento, a formação de lugares de intermediação organicamente configurados (população, atividades, fluxos etc.) para assegurar a eficácia desse processo de acumulação. Essa imanência territorial da acumulação capitalista tem a ver com a espacialização dos dois circuitos descritos por Milton Santos e os pontos/lugares onde se interconectam (SANTOS, 2004).

AGRICULTURA CIENTÍFICA E A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

Alguns autores, principalmente os vinculados à ReCiMe (ELIAS, 2006; 2007; 2015; PONTES, 2006; GOMES, 2007; ELIAS; PEQUENO, 2010; SOBARZO, 2010), discutem os impactos da agricultura irrigada no espaço regional nordestino, tomando como pressupostos de análise a agricultura técnico-científica e seus desdobramentos na reorganização produtiva do território. Elias e Pequeno (2010) demonstram como a agricultura globalizada produz impactos significativos na urbanização. Eles tomam como objeto de análise a cidade de Mossoró (RN) que também desponta como uma das maiores áreas no Brasil de produção de frutas a partir do uso intensivo da tecnologia (mecanização, seletividade biovegetal, irrigação). Ou, como sinalizam os mesmos, tomando como fundamento Milton Santos, a intensa utilização de objetos técnicos (máquinas, irrigação, etc.), “além de mudar a composição técnica e orgânica da terra, fizeram expandir no campo o meio técnico-científico-informacional, o que explica em parte a interiorização da urbanização” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 147). Tal realidade pode ser também vista no polo Juazeiro-Petrolina, que foi um dos pioneiros na inserção da agricultura técnico-científica no semi-árido nordestino, aproveitando-se dos recursos naturais, financeiros e técnicos como a disponibilidade de recurso hídrico (principalmente o Rio São Francisco), alto índice de insolação, baixa umidade e pouca ocorrência de chuvas (fator preponderante no controle de pragas), planificação de maior parte do relevo (possibilitando o uso intensivo de máquinas e equipamentos), disponibilidade de terras e intervenção estatal (suporte fundamental para a implantação dos projetos de assentamento agrário e de perímetros irrigados), mão de obra abundante e geralmente barata (a região sempre se configurou com uma das maiores reservas de mão de obra do país) e, entre outras questões, um amplo mercado aberto à demanda por frutas, pois estas sempre tiveram boa aceitação no mercado internacional.

Esse arranjo territorial produtivo agrícola comporia, então, um dos pontos luminosos (SANTOS, 1996) do espaço agrário do Nordeste, associado à difusão do agronegócio da fruticultura, acirrando a reorganização do espaço agrícola e a difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica do próprio espaço agrícola (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 142).

Adicionalmente as cidades de Juazeiro e Petrolina estão entre as que mais se sobressaem na organização da rede urbana nordestina. Localizam-se em importante eixo rodoviário nacional, na confluência das rodovias federais, as BR-122, BR-235 e BR-407 e se destacam como polos da agricultura científica e do agronegócio (com ênfase na fruticultura irrigada e indústria vitivinícola), agregam significativas e diversificadas atividades dos setores de comércio (atacadista e varejista) e serviços (saúde, educacionais, financeiros, etc.), espaço seletivo de comércio e serviços (*shopping centers*), além de sediar importantes instituições públicas estaduais e federais (Previdência, Detran, CODEVASF, CHESF, SEBRAE, UNEB, UNIVASF, UPE e outras)¹¹, que atendem não somente a população local, mas, principalmente a demanda de sua hinterlândia e de outros polos regionais. Em Juazeiro está instalado o Mercado do Produtor (antiga Ceasa), um centro distribuidor de hortifrutigranjeiros que se configura entre os maiores da região Nordeste e do Brasil e, em Petrolina a Valexport¹² que representa os exportadores de frutas do Vale do São Francisco, além do aeroporto Senador Nilo Coelho, que é um dos mais importantes terminais logísticos de carga refrigerada do Brasil.

É necessário considerar a difusão da agricultura científica e dos agronegócios na redefinição dos papéis desempenhados pelos centros urbanos inseridos nas áreas de expansão agrícola – principalmente em função dos avanços científicos e tecnológicos promovidos pelas instituições de pesquisa, o que possibilita o uso agrícola de áreas do cerrado e do semi-árido brasileiro – gerando, assim, impactos socioespaciais tanto no campo quanto nas cidades. Esses impactos geram a reestruturação do território e a reorganização do sistema urbano, deixando-o cada vez mais complexo (OLIVEIRA; SOARES 2014, p. 124).

O dinamismo das últimas décadas associado às atividades agropecuárias (com destaque para a agricultura irrigada) nos leva a inferir que o desenvolvimento científico e tecnológico, a disponibilidade de mão-de-obra, a qualidade de vida e a presença de incentivos governamentais são alguns dos elementos responsáveis pelas transformações dessas cidades, colocando-as no *ranking* das que possuem maior potencial econômico, tanto em escala local, quanto regional. Ao compararmos o PIB a preços correntes (2016) de Juazeiro e Petrolina, observamos que as mesmas estão bem posicionadas nos rankings do Brasil e de seus respectivos estados: Juazeiro com PIB de R\$ 3.435.776,62 ocupa a 253^a

11 CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; UNEB - Universidade do Estado da Bahia; UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco; UPE - Universidade de Pernambuco.

12 Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco.

posição no Brasil e a 13^a posição no estado da Bahia; Petrolina com PIB de R\$ 5.794.761,14 encontra-se na 158^a posição em relação ao Brasil e a 6^a posição no estado de Pernambuco (IBGE, 2018a).

Desde a segunda metade da década de 1960, o Vale do São Francisco recebeu insumos do governo federal para que o desenvolvimento de novas práticas fosse estabelecido com êxito. Nessa perspectiva, a agricultura irrigada e a geração de energia foram eleitas como os principais produtos do desenvolvimento local, o que proporcionou a organização do espaço produtivo da região, transformando essa área numa espécie de ponto luminoso [SANTOS; SILVEIRA, 2002] da economia regional (GOMES, 2007, p. 619).

Em seus estudos sobre “As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestina”, Pontes (2006, p. 327) assinala que a organização do espaço urbano brasileiro, sobretudo nos últimos 30 anos, é o reflexo do processo de reprodução do capital que “privilegiou determinados pontos do espaço como objeto de investimento”, levando, conseqüentemente, à concentração populacional nesses locais. Tal perspectiva no Nordeste brasileiro ocorreu através da “melhoria na infraestrutura funcional e no equipamento social das capitais dos Estados e dos polos secundários regionais, e a dinamização dos núcleos urbanos regionais” (PONTES, 2006, p. 328).

Além da relação de horizontalidade com outras cidades médias e pequenas, tanto de suas áreas de influência direta, como de áreas sob o comando de outras redes, através dos fluxos que se estabelecem entre pessoas, bens e serviços em seus espaços intraurbano e interurbano, também mantêm relações de verticalidade com outros centros maiores e mais dinâmicos. A exemplo das metrópoles dos estados nos quais estão inseridas e, conexões com outros espaços em escala global, tendo como elemento articulador a comercialização de produtos frutícolas de alta qualidade, produzidos em seus territórios e/ou em municípios integrantes do Sertão do São Francisco.

CENTRO URBANO, EXPANSÃO URBANA E NOVAS CENTRALIDADES EM JUAZEIRO E PETROLINA

Conforme sinalizado anteriormente, a ocupação territorial das cidades de Juazeiro e Petrolina, com gênese as margens do rio São Francisco, passou por diferentes processos de evolução urbana. A partir da década de 1970 com implantação da barragem e usina hidrelétrica de Sobradinho, a construção de perímetros irrigados através da CODEVASF e, a instalação de diversas instituições públicas (estaduais e federais) que cooperaram para a instalação de empresas privadas, sobretudo as do setor de agricultura técnico-científica no Sertão do São Francisco, houve uma evolução urbana significativa das cidades polo. Juazeiro expandiu seu perímetro urbano no sentido sul, enquanto Petrolina a expandiu no sentido norte. O fluxo entre Juazeiro e Petrolina é dinamizado pela ponte Presidente Dutra (Fig. 3), construída na década de 1950 e que faz parte da rodovia BR-407 (Rodovia Lomanto Júnior), que as atravessa e é a principal ligação entre o Sertão do São Francisco e outras regiões do Brasil.

Figura 3. Ponte Presidente Dutra – Ligação Juazeiro (BA) e Petrolina (PE)



Fonte: Maurício André

Além dessa importante via de circulação (BR-407), outras foram construídas, com o passar dos tempos, para dinamizar o fluxo intraurbano. Ambas as cidades são servidas por transporte público através de ônibus coletivos¹³, táxi e moto táxi, sendo que Petrolina possui também serviço de *bikes* compartilhadas. Também é possível realizar a travessia entre as cidades, através de pequenas embarcações que atravessam o rio São Francisco de maneira rápida e com certa segurança, uma vez que as embarcações são regularizadas e fiscalizadas pelas autoridades portuárias.

As primeiras instalações de comércio e serviços ocorreram nas áreas centrais das cidades que ainda hoje desempenham importante papel de centralidade urbana. Tanto o centro da cidade de Juazeiro quanto o de Petrolina ocupam parte da orla fluvial do Rio São Francisco. Em Juazeiro o trecho de orla tem uso predominantemente comercial com destaque para lojas de móveis e eletrodomésticos, comércio de alimentos e bebidas (bares e restaurantes) e alguns pequenos hotéis (Fig. 4). Apenas em um curto trecho (Av. Carmela Dutra), são observadas poucas construções, que ainda preservam o uso residencial.

13 Recentemente (2017) houve um acordo de integração, para que os usuários do sistema de transporte coletivo pudessem utilizar o cartão da bilhetagem nas duas cidades.

Figura 4. Atividades comerciais na orla de Juazeiro (BA)



Fonte: os autores.

O trecho da área central de Juazeiro não voltado para orla fluvial é caracterizado pela presença de instituições públicas à exemplo da Prefeitura (nova sede e prédio antigo que atualmente abriga outros órgãos municipais), hospital, instituições financeiras, escola e comércio varejista (vestuário, calçados, produtos eletrônicos, farmácias), além de pequenos hotéis, pousadas, restaurantes e ruas fechadas (calçadões) que propiciam maior comodidade para os consumidores.

Na cidade de Petrolina, a ocupação urbana da faixa da orla fluvial apresenta um caráter mais residencial, no qual verificamos condomínios de médio e alto padrão (Fig. 5). Este espaço também é ocupado por alguns hotéis, restaurantes e quiosques (bares e lanchonetes). A verticalização é um elemento característico da paisagem urbana da orla fluvial de Petrolina.

Figura 5. Orla fluvial de Petrolina



Foto: Maurício André

A zona central de Petrolina, não voltada para a orla fluvial, também é caracterizada pela ocupação do espaço por instituições públicas como a Prefeitura e algumas secretárias municipais, estabelecimentos de comércio varejista, instituições financeiras, estabelecimentos de saúde, escolas e a Catedral da Diocese de Petrolina.

A partir da década de 1980, como reflexo do crescimento econômico vivenciado pelas cidades médias em análise, potencializado principalmente pela agricultura técnico-científica, a paisagem urbana de suas áreas centrais sofreram alterações, verificando o surgimento de universidades, centros de formação técnica, comércio e serviços especializados (de veículos e implementos agrícolas, clínicas e hospitais para atendimento de média e/ou alta complexidade) e *shopping centers* (Figs. 6 e 7) em áreas descentralizadas do núcleo central.

Figura 6. River Shopping – Petrolina.



Foto: Lumine Shopping Centers

O River Shopping em Petrolina, inaugurado no ano de 1995 a poucos minutos do centro da cidade, conta com 144 lojas e quatro salas de cinema. O Juá Garden Shopping foi inaugurado em 2016 na Rodovia Lomanto Júnior (BR-407). Localizado na saída para Salvador, próximo ao distrito industrial, ou seja, muito distante do centro de Juazeiro, possui 174 lojas e quatro salas de cinema.

Figura 7. Juá Garden Shopping – Juazeiro.



Foto: Grupo Tenco Shopping Centers.

Outro elemento que nos chama a atenção na paisagem urbana das cidades médias do Sertão do São Francisco é a ocupação do espaço através do uso residencial e a diferenciação na renda dos residentes. Nesta variável a diferença entre as cidades é significativa. Ao realizarmos um levantamento de dados relativos a concentração de renda por bairros, tomando como parâmetro o “Total dos rendimentos nominais mensais dos domicílios permanentes” (IBGE, 2010), podemos perceber que, dos 54 bairros de Juazeiro apenas um apresenta população com renda acima de 10 salários mínimos (Country Club), três possuem população com rendimento entre 5 e 10 salários mínimos (Santa Maria Goretti, Cajueiro e Centro) e os demais estão distribuídos entre população com rendimento de 2 a 5 salários mínimos (31) e de 0 a 2 salários mínimos (19), localizados principalmente na zonas leste e sul da cidade. Em Petrolina, dos 34 bairros existentes, dois apresentam população com rendimentos acima de 10 salários mínimos (São José e Pedra do Bode) e estão localizados na orla fluvial. oito bairros têm população com rendimentos entre 5 e 10 salários mínimos; apenas três bairros apresentam população com rendimentos até dois salários mínimos (Pedro Raimundo, Dom Avelar e João de Deus) - esses localizados na Zona Norte do município, mais próximos aos perímetros irrigados. Os demais bairros possuem população com rendimento entre 2 e 5 salários mínimos.

CONCLUSÃO

A concepção inicial dos estudos acerca das cidades médias, que as definiam exclusivamente a partir do tamanho populacional, destoa das perspectivas de apreensão a respeito desses espaços, uma vez que novos fatores e variáveis são inseridas na busca de um entendimento conceitual dessas realidades tão complexas. É bem verdade que o quadro econômico entre um momento e outro mudou e que o modo de inserção de cada região na divisão nacional e internacional do trabalho é, em muitos casos, completamente outro, maior e mais complexo. Tal é o caso que estudamos, cujo marco inicial podemos situar na construção do complexo de represas entre Sobradinho e Paulo Afonso, na geração de energia elétrica e na disponibilidade constante e em grande volume de água para irrigação agrícola.

Em nosso entendimento, alguns caminhos apontam as cidades médias como espaços não-metropolitanos, que se tornam dinâmicos a partir de ações coordenadas por atores hegemônicos, que se aproveitam de sua localização relativa e outras amenidades (naturais ou não) para implementar ou ressaltar o papel dessas localidades na rede urbana.

Não se podem desprezar as inter-relações cidade-campo e, principalmente, entre cidades médias e pequenas, onde essas muitas vezes são também espaços de apoio à produção, mas, em razão da polarização exercida pelas primeiras, tornam-se delas tributárias. Cidades médias como Juazeiro e Petrolina, exercem posições hierárquicas e de centralidade na rede urbana em que se encontram, visto que as cidades pequenas sob suas influências, demandam dessas bens, comércio e serviços diversificados – compras em *shopping centers*, lazer, instituições públicas, educação superior, medicina especializada e outros - não

encontrados em suas localidades e, muitas vezes distantes dos grandes centros e/ou das metrópoles. A distância média das cidades do Sertão do São Francisco para as capitais de seus respectivos estados é de 690 km para Salvador (BA) e 770 km para Recife (PE)¹⁴. Vale ressaltar que apesar de tais distâncias, a produção de *commodities* agrícolas do Sertão do São Francisco, representadas principalmente por uva e manga, são distribuídas para o mercado globalizado através de rotas aéreas.

Os investimentos em transportes, comunicações e logísticas de distribuição no Sertão do São Francisco levou a região a novas interações espaciais, colaborando principalmente para que as cidades polo regionais Juazeiro e Petrolina consolidassem seus papéis como cidades médias e nós da rede urbana regional e nacional, atendendo também a demandas de escala internacional. Neste sentido, é possível pensá-las sobre duas escalas territoriais: uma verticalizada, dinamizada por múltiplas redes, onde as cidades médias se conectam com outras hierarquicamente superiores, nacionais e estrangeiras e; uma horizontalizada, estabelecida não necessariamente pela contiguidade territorial, na qual as cidades médias aparecem como ‘conectoras’ entre outras cidades do mesmo porte ou hierarquicamente superiores e as cidades pequenas integrantes de sua hinterlândia que buscam naquelas, bens e serviços, além de atendimentos diversos em instituições públicas que estão geralmente instaladas nas cidades médias.

Pontes (2006) destaca que, apesar das significativas transformações ocorridas nas cidades médias nordestinas, os elevados índices de pobreza¹⁵, corroborado por outros fatores de desigualdade social tais como precariedade dos serviços de saúde, educação, transporte e saneamento básico, aliados aos impactos ambientais, “nos fazem refletir sobre os descompassos referentes ao ritmo atual da economia capitalista global e suas consequências para as áreas integrantes das nações emergentes” (PONTES, 2006, p. 346).

Preliminarmente concluímos que, apesar da presença significativa do Rio São Francisco e sua exuberância, e das ações do Estado visando o aproveitamento de tal potencialidade, nem todas as localidades da região do Sertão do São Francisco foram beneficiadas com projetos de irrigação que foram implantados na mesma desde a década de 1970. Cidades como Campo Alegre de Lourdes, Canudos e Uauá, na Bahia configuram entre as mais pobres do estado. Pobreza, presente também nas cidades pernambucanas que compõem a referida região, o que se reflete no baixo crescimento populacional, baixo percentual de urbanização e precários indicadores de qualidade de vida.

14 Utilizamos a média aritmética simples para o estabelecimento das referidas distâncias, fazendo a seguinte consideração: a distância entre Juazeiro e Salvador é de 530 km e da cidade mais distante vinculada a sua região, Campo Alegre de Lourdes, é de 850 km. Já a distância entre Petrolina e Recife é de 715 Km e a cidade mais distante vinculada a sua região, Afrânio, está a 830 km da capital pernambucana.

15 Ver: COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira (Ed.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, Osvaldo Bueno. A Evolução dos Estudos sobre Cidades Médias em Minas Gerais. In: SATHLER, Douglas; AMORIM FILHO, Osvaldo Bueno; VARAJÃO, Guilherme Fortes D.C. (Orgs.). **Cidades médias: bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 9-85.
- BDE. Base de Dados do Estado. **História Municipal**: Petrolina. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=745&CodInformacao=915&Cod=1. Acesso em: 17 ago. 2017.
- CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-277.
- CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89-111.
- CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **A Bacia: principais características**. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/a-bacia/#caracteristicas>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.
- ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 279-303.
- ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138.
- ELIAS, Denise. Consumo produtivo em regiões do agronegócio no Brasil. In: BELLET, Carmen et al. (Eds.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias/ Urbanização, produção e consumo em cidades medias/intermediarias**. Presidente Prudente: Ed. UNESP; Lleida: Ed. de la Universitat de Lleida, 2015. p.35-56.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades espaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Petrolina: emergências de uma cidade média, a tecnologia auxiliando na (re)produção do espaço urbano. In: Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 609-630.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>. Acesso em: 15 mar. 2017
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades 2017**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades 2018a**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>. Acesso em: 18 nov. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga as Estimativas de População dos municípios para 2018b**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>. Acesso em: 30 nov. 2018.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas no Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 15-41.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. **Caminhos de Geografia**, v. 15, n. 52, p. 119-133, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/23678>. Acesso em: 11 ago. 2015.

ONU. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 237-346.

ROCHEFORT, Michel. La armature urbaine et réseau urbaine. Notions et problèmes méthodologiques d'analyse. **Revista Geográfica**, v. 35, n. 63, p. 33-50, 1965.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Regionalizações: Territórios de Identidade**. 2010. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=657. Acesso em 20 out. 2018.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 229-250.

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 29-100.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a. p. 35-67.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b. p. 233-253.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. In: DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: SEI, 2014. p. 25-38.

Data de submissão: 01/ mar./2019

Data de aceite: 02/ jan./2020